

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

Apagar das Luzes



A TO administrativo que só tem o aspecto legal para se apresentar perante a opinião pública, está irremediavelmente comprometido. A efetivação de 1 mil 401 contratados pela Gráfica do Senado, passando à condição de funcionários públicos estáveis, não se livra da marca de escândalo inerente a qualquer privilégio.

A alegação de que a Mesa do Senado agiu dentro das suas atribuições legais não altera o teor de imoralidade comprometedor do ato administrativo. Pelo contrário, agrava-o. A legalidade é apenas uma frágil aparência que deixou mal o Presidente do Senado. Faltou-lhe pudor, ao apagar das luzes do regime e do governo.

Nomeação para cargo público é privilégio de servir e não no sentido particular de servir-se. Sem prestar concurso, como é de lei, não há como pretender ressaltar o aspecto legal. As nomeações para a Gráfica do Senado foram, antes de tudo, imorais.

Agrava-se a afronta pública à simples leitura da relação dos nomeados, onde ressalta o parentesco de filhos, sobrinhos e outros graus que envolvem equivocadamente Senadores e ex-Senadores numa só família privilegiada. A hora crepuscular empresta ao festival indecoroso o aspecto de último alto. Que fazem 18 médicos e 2 arquitetos entre tantas nomeações? Falta fundamento legal ao ato do Senador Moacyr Dalla e sobra imoralidade num ato de testamento que inclui nada menos de 80 jornalistas. Não há como desconhecer o teor de envolvimento, aliciamento e — por que não? — venalidade na inclusão de tantos jornalistas na relação privilegiada.

O Brasil inteiro vive nestes dias a expectativa da grande mudança que começou pela sucessão presidencial mas não se restringe ao Executivo. O

Congresso é parte da necessidade de aperfeiçoamento institucional e, para o país se sentir moralmente bem, é indispensável a consciência de que a representação política terá que dar o exemplo.

Estão no fim o regime, o Governo e o mandato da Mesa do Senado, mas a circunstância não autoriza qualquer deles a promover festivais de benesses e favores, como se dinheiros públicos não tivessem dono e não impusessem uma dívida de consideração para com os contribuintes. A Câmara e o Senado precisam ter presente que as mudanças que o Brasil está apenas começando são irreversíveis e não se esgotam na transferência do poder a outras mãos.

Há um comportamento moral que a sociedade exige do Congresso como instituição e dos congressistas como seus representantes. Valores morais precisarão recondicionar com urgência a representação política brasileira.

Ao cuidar das eleições de suas Mesas diretoras, não poderão mais a Câmara e o Senado negligenciar a necessidade de elevar o senso da vida pública a níveis que nunca mais tenham que invocar uma remota e discutível legalidade como fundamento de atos imorais. É na eleição desses dirigentes que o Congresso precisa agora demonstrar seu desagrado, e que entende de forma profunda o conceito de mudança. Ou seja: ética, e não apenas política.

Está o Brasil se submetendo à prova ética de sua evolução política. O Congresso não está isento da obrigação de ser o exemplo. A escolha dos seus novos dirigentes é a oportunidade. Precisar escolher nomes capazes de garantir, pelo seu passado, o padrão de austeridade que o desafia a ser, mais do que um poder político, uma autoridade moral.